

# O turismo como uma das alternativas para o desenvolvimento local do município de Queimados (RJ)

## Tourism as an alternative to the local development of the city of Queimados (RJ)

Fausi Kalaoum

**Como citar esse artigo.** Kalaoum, F. O turismo como uma das alternativas para o desenvolvimento do município de Queimados (RJ). Revista Mosaico - 2019 Jul./Dez.; 10 (2): 58-65

### Nota de Editoria

Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar o turismo como uma alternativa de desenvolvimento local para o município de Queimados, município periférico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), localizado na Baixada Fluminense, por meio de uma análise comparativa com o município de Nova Iguaçu, do qual Queimados foi distrito até 1990. Para alcançar seus objetivos, este trabalho está dividido em três seções: a primeira aborda perspectivas à cerca do conceito de desenvolvimento; a segunda apresenta uma contextualização da situação socioeconômica dos municípios de Queimados e Nova Iguaçu; e finalmente a terceira traz uma análise de dados sobre os dois principais hotéis da cidade de Nova Iguaçu e seu público alvo e assim, propondo, comparativamente, alternativas de planejamento e desenvolvimento da atividade turística em Queimados. Para tanto, na constituição dessa pesquisa enquanto métodos foram realizadas análises bibliográfica, documental (de documentos institucionais), tais como: Plano Diretor Municipal de Queimados, Código de Obras e Lei de Zoneamento. Enquanto técnica de coleta de dados foram utilizadas as entrevistas abertas com agentes públicos de Queimados e funcionários dos hotéis Mercure e Mont Blanc localizados em Nova Iguaçu.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável, Turismo de negócios, Queimados.

### Abstract

This work has as the main objective to present tourism activity as an alternative of local development to Queimados, a peripheral city from the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ), located in the regions known as Baixada Fluminense, by mean a comparative analysis to Nova Iguaçu city, in which Queimados was district until 1990. To accomplish its objectives, this article is divided in three sections: the first one approaches the perspectives from the development. The second brings the context of the social and economic situation of Queimados and Nova Iguaçu. Finally, the third part brings a data analysis about the two principal hotels from Nova Iguaçu and its target audience to propound planning alternatives and tourism activity implementation in Queimados. To compose this work were utilized the following methods: bibliographic analysis; consult to institutional documents as master plan from Queimados, building law code, the zoning law; open interviews with public employees from Queimados and employees from Mercure and Mont Blanc hotels, located in Nova Iguaçu.

**Keywords:** Sustainable Development, Business Tourism, Queimados.

## Uma discussão sobre o que é o desenvolvimento

Apesar dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento serem utilizados, no senso comum, como sinônimo, é importante trazer para o debate e a reflexão que há diferenças entre eles. De acordo com Veiga (2006), existem pelo menos três formas de traçar a conceituação de desenvolvimento. A primeira delas é a do crescimento econômico, que também parece ser a mais rasa, por pouco se debruçar sobre a complexidade da sociedade, agravada em muito pelo processo de globalização.

Sob essa primeira perspectiva, a conceituação de desenvolvimento pode ser explicada dentro de um contexto temporal que marca a primeira revolução

industrial e que se estendeu até a década de 1960. Assim, de acordo com o autor:

Até o início dos anos de 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. Do outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado (VEIGA, 2006, p.18-19)

No Brasil e na América Latina, de maneira geral, o processo de industrialização tem sua gênese na década de 1930. Ainda que tardia, se comparada com países considerados já desenvolvidos, as resultantes deste processo foram taxas de crescimento surpreendentes até a década de 1970, o que ficou conhecido na literatura como desenvolvimentismo ou nacional

Afiliação dos autores: Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto Multidisciplinar, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil

\* Email de correspondencia: f.kalaoum@hotmail.com.

Recebido em: 14/05/18. Aceito em: 01/08/18.

desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2006).

O economista brasileiro Celso Furtado, que dedicou parte de sua carreira para tratar as questões do desenvolvimento com foco no nordeste brasileiro, sugere diferentes concepções para se “alcançar” altos índices de desenvolvimento. Traz, como forma de agregar as suas reflexões, a análise estrutural “cepalina” (centro-periferia).

Furtado, em um primeiro momento, negou que o subdesenvolvimento da região Nordeste se desse pela escassez de água, e sim pela falta de industrialização da região,

No diagnóstico, constante do relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento no Nordeste, elaborado em 1959 (GTDN, 1967), Furtado começa por negar as visões correntes de que o problema econômico e social do Nordeste decorria das secas. Negava, assim, a solução hidráulica através da construção de açudes, o que vinha sendo feito pelo governo federal através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), mas que beneficiava apenas os proprietários de terra (DINIZ, 2009, p.237).

Negou, ainda, que o subdesenvolvimento era uma etapa para se alcançar o desenvolvimento. Para Furtado, apenas o processo de industrialização poderia oferecer um desenvolvimento de fato.

Dessa forma, tem-se que, em um primeiro momento, a visão de Furtado sincroniza com a primeira perspectiva que aponta que o desenvolvimento é alcançado pela vertente econômica. Nesse sentido, Furtado afirma que:

O conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, com referência à história contemporânea, em dois sentidos distintos. O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção, à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, ela a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. (FURTADO, 2000, p.21)

Mas prossegue acrescentando e considerando outros aspectos para o desenvolvimento: aquele que se relaciona com o grau de satisfação humana. Por “satisfação humana” trazer consigo alto teor de subjetividade, Furtado trata das necessidades humanas elementares, tais como alimentação, habitação e vestuário. Outro indicador importante que o economista considera é a ampliação da expectativa de vida.

O extrato acima traz, portanto, uma reflexão distinta e complementar de Furtado que, quando analisada, nos faz perceber que a acumulação de riqueza é ainda posta em xeque para se alcançar um desenvolvimento pleno, mas, no entanto, outras questões já são incluídas na pauta, tais como a alimentação, a moradia e demais questões que mais parecem se tratar de desenvolvimento social.

Ainda sob essa perspectiva, de acordo com Veiga (2006), com a criação do Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento visto através do prisma do crescimento econômico perde sua força. Outro acontecimento que favorece uma conceituação alternativa de desenvolvimento, é o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, lançado em 1990, que passa a tratar o desenvolvimento como ação de promoção da paz (VEIGA, 2006).

Há de se mencionar aqui, uma segunda linha intelectual, que trata o conceito de desenvolvimento como falácia ou fábula. Esse pensamento foi difundido no Brasil pelo cientista italiano Giovanni Arrighi (VEIGA, 2006), com base na mobilidade econômica de populações por meio de análise do Produto Nacional Bruto (PNB). Os resultados de sua pesquisa apontam que, apesar de possível, a mobilidade econômica em países periféricos ou semiperiféricos para alcançar o patamar de países desenvolvidos é pouco provável. No entanto, a grande crítica realizada à análise de Arrighi é que esta não leva em consideração outros indicadores além do PNB, sendo possível afirmar que apenas a perspectiva econômica foi levada em consideração em seu estudo (VEIGA, 2006). Em 1974, Furtado – já exilado após o golpe militar brasileiro – se une a essa vertente que trata do desenvolvimento como um mito. Para essa linha de pensamento, a ideia de desenvolvimento serviria apenas como distração para desviar a atenção das necessidades fundamentais da coletividade (VEIGA, 2006).

Finalmente, a terceira e mais complexa forma de se pensar o desenvolvimento, vai de encontro com as duas primeiras ideias apresentadas até então. Para o indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998, o desenvolvimento só pode ser pleno quando o ser humano possui liberdade. Logo, a liberdade funciona como um catalisador das sociedades para promover o desenvolvimento (VEIGA, 2006). Amartya nega, portanto, que a economia deva ser o principal vetor para se alcançar o desenvolvimento. Libertar os entraves que restringem a liberdade do ser humano permite que ele possa se desenvolver. Esses entraves podem ser entendidos como restrição à cultura, à informação, ao livre mercado de trabalho, contrapostos pela tirania e pela exclusão social. Essa ideia reconhece o prisma econômico do crescimento, sem ser minimalista como a primeira, enquadrando outros ingredientes a composição do desenvolvimento, tais como, a tentativa de redução da pobreza, a valorização da cultura, a redistribuição de renda e o uso respeitoso dos recursos naturais. Passa, portanto, a se aproximar do que entendemos como um desenvolvimento sustentável.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, tem-se que o conceito de sustentabilidade esbarra na mesma dificuldade de definição de desenvolvimento. Quando surgiu no relatório de Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável deveria ser compreendido como aquele que utiliza os recursos naturais para a

geração presente sem comprometer as gerações futuras. Entretanto, para fins dessa pesquisa, não se tratará aqui, desenvolvimento sustentável como um conceito estático, pois a sociedade global demanda constantes mudanças. No entanto, será preservada a ideia de conservação sem o comprometimento das demais gerações.

Pois pensar em uma alternativa ao crescimento econômico é também pensar em uma alternativa à Ortodoxia Convencional que trata a perspectiva econômica como topo hierárquico de um processo de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006). Dessa maneira, comparado ao antigo desenvolvimentismo, ambos apresentam inconsistências em seu processo, e apesar do forte estímulo inicial na industrialização brasileira, ela nunca conseguiu alcançar um grau de desenvolvimento que estabelecesse resultados de equidade social, como proposta por Celso Furtado com a criação da SUDENE em 1959. Na verdade, o Brasil cresceu sem mitigar as disparidades de renda e de pobreza e sem se preocupar em utilizar de maneira intensiva os recursos naturais.

Portanto, o conceito de desenvolvimento que será utilizado como referencial nesse trabalho será o processo que promove uma transformação em determinado local, levando em consideração não apenas os ganhos econômicos, mas incorporando em seus objetivos as questões ambientais, sociais, culturais e institucionais. Além disso, deve minimizar as questões de hierarquia entre mercado, Estado e sociedade civil com um sistema dialógico com vista a alcançar um pleno desenvolvimento. Assim, poderá se promover um desenvolvimento com alicerces construídos em políticas públicas que promovam transformações coerentes e equilibradas para o território onde sejam implementadas.

É nesse sentido que, aqui, emerge o turismo que, se bem planejado, pode se inserir como uma alternativa ao crescimento puramente econômico, promovendo a manutenção da cultura e sendo uma opção viável para dirimir desigualdades. Longe de apoiar uma visão reducionista, Beni (2007) se apoia em alcançar um enfoque holístico do turismo, analisando como primordial que haja o planejamento da atividade. Dessa maneira, o autor defende que o turismo pode ser sistematizado. Esse processo, tratado por Beni (2007) como Sistema de Turismo ou simplesmente SISTUR, pode, segundo suas perspectivas, promover a análise e o planejamento da atividade de maneira mais eficaz e eficiente.

O SISTUR é considerado um sistema aberto, porque sofre intervenções e influências constantes do meio externo, e extremamente complexo, visto a quantidade de elementos que podem interferir nesse sistema. Além do mais, os elementos quando analisados, geram percepções. Essas percepções, contudo não podem ser isoladas uma das outras e sim lidas como

integrantes desse sistema – junto com seus elementos. Essa forma de análise do sistema deve ser holística:

...como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material, como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios (BENI, 2008, p.37).

A soma de todos os elementos do SISTUR deve ser compreendida como maior do que a contagem individual destes elementos (característica da totalidade dos sistemas). Isso significa afirmar, em outras palavras, que quando funcionando de maneira ótima, o sistema pode conseguir estender as externalidades positivas, além de mitigar os pontos fracos e anular possíveis ameaças.

O planejamento da atividade turística se faz imprescindível para pensar um desenvolvimento territorial sustentável. Isso porque, as etapas do planejamento traçam o cenário atual de um determinado local – diagnóstico – que identifica quais os pontos fortes e fracos, além de ameaças e possíveis oportunidades. Somente a partir do trabalho de diagnóstico, ou seja, do conhecimento, de fato, do que se está estudando e pretende intervir, que o delineamento das intervenções futuras – prognóstico – se torna factível. Essas ações devem ser pensadas dentro de uma esfera tática (plano), que siga determinadas estratégias (programa) e que seja operacionalizada de múltiplas maneiras (projetos).

Geralmente a tomada de decisão para a execução de determinadas ações - em detrimento de outras - para o desenvolvimento das atividades turísticas parte da esfera política, apesar de a sociedade também poder intervir na promoção e no desenvolvimento do turismo local, como acontece no turismo de base comunitária. Essa decisão – ou não decisão – de ação de um governo é denominada política pública (HOWLETT et al, 2009). Existem três características para se identificar uma política pública. Em primeiro lugar, deve se reconhecer como agente primário o governo. Em segundo lugar, deve ser compreendida como um consenso governamental na tomada de decisão não apenas no que se pretende fazer, mas também o que não se pretende fazer. Em outras palavras, também são reconhecidas como políticas públicas as não decisões tomadas por um governo. Por último, a política pública é uma tomada de decisão consciente:

Um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou um grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica

em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores (HOWLETT et al., 2009, p.8)

Apesar de não necessariamente o governo precisar intervir para o planejamento e consolidação da atividade turística, suas ações em forma de política pública podem ser de extrema importância para se alcançar o desenvolvimento local. De acordo com Swarbrooke (2000), “há muitas razões pelas quais se considera adequado que o setor público desempenhe um papel de liderança na tentativa de desenvolver formas de turismo mais sustentáveis”. As razões de intervenção do setor público incluem: que o setor público tem poder para representar toda a população e não apenas pequenos grupos; que o setor público deve, em teoria, ser considerado imparcial, sem nenhuma ação comercial ou interesse a ser protegido; e por último, por não ficar limitado a objetivos financeiros de curto prazo, o setor público deve adotar uma visão de longo prazo (SWARBROOKE, 2000).

Partindo da premissa que o setor público pode e deve influenciar a elaboração de uma atividade turística sustentável, depara-se com uma diversidade de meios, dentre os quais: a legislação e a regulamentação; o planejamento do uso do solo; o fornecimento de infraestrutura; controle do governo sobre o número de turistas e outros. Determinadas localidades podem utilizar suas potencialidades, habilidades e competências que compõem o seu sistema para promover o seu desenvolvimento (SCÓTOLO, 2015).

A atividade turística, por sua vez, pode se estabelecer através do conjunto de recursos e atrativos – compreendidos como culturais e naturais - bem como outras características que contribuam para a estabilização do fenômeno. Arranjos Produtivos Locais (APLs), por exemplo, podem se tornar a principal motivação de uma viagem. Dessa maneira, é possível que, a partir da atividade turística, seja possível construir um desenvolvimento endógeno e sustentável que alcance melhorias, não apenas econômicas para o local, mas também que aperfeiçoe a qualidade de vida dos autóctones, valorize a sua cultura, garantam a inclusão e participação social de habitantes de um território, além de minimizarem os impactos ambientais. De acordo com Costa, a respeito do turismo sustentável:

Consiste em compreender turismo sustentável como aquele favorece um desenvolvimento na trajetória da sustentabilidade, na medida em que proporciona equilíbrio entre preservação de recursos naturais e promoção do crescimento econômico com inclusão social. De modo mais detalhado, o turismo desejável é aquele que potencializa o cuidado com áreas naturais e urbanas por meio de manejo de impactos que promove a inserção social via trabalho e emprego, que transborda benefícios para as pessoas envolvidas com a atividade entre os quais a geração de renda de modo desconcentrado para seu destino e entornos. Também encoraja a valorização de culturas,

é conduzido dentro de uma gestão participativa com preocupações de longo prazo e assegura a contínua atração de turistas em quantidades equilibradas. Não obstante, viabiliza negócios rentáveis, bem como experiências turísticas de alta qualidade, coerentes com o destino e com as expectativas acerca dele (COSTA, 2013, p.14).

Portanto, conclui-se que a constituição de um desenvolvimento sustentável precisa assegurar que as decisões – ou não decisões - de um governo e a implementação de políticas públicas não devam ser pensadas de maneira hierárquica, mas fundamentadas em uma gestão participativa que agregue os agentes do mercado e também a sociedade civil. Em outras palavras, além do uso sustentável dos recursos naturais, da valorização da cultura e da integração social, é necessário que haja um planejamento heterárquico, ou ao menos uma descentralização burocrática na tomada de decisões no planejamento da atividade turística. Essa constituição heterárquica que valoriza a participação dos agentes do mercado e da sociedade civil pode contribuir para um planejamento mais realista, ou seja, que crie políticas públicas que estejam conectadas com a realidade local e que tragam reais benefícios para a atividade e aqueles que estão diretamente e indiretamente ligados a elas.

### **Queimados e nova iguaçu: proximidade geográfica e distanciamento turístico.**

O município de Queimados, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) se emancipou em 21 de dezembro de 1990 de Nova Iguaçu. Com uma população de 137.962 em uma área territorial de 75.695 km<sup>2</sup> e com densidade demográfica de aproximadamente 1.822 habitantes por quilometro quadrado (IBGE, 2019). Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, Queimados apresentava em 2010 o valor de 0,68 (IDH médio), sendo o 2.439º no ranking nacional e 73º na colocação estadual. Em se tratando do nível de renda, o valor cai para 0,659 e sua colocação estadual regride para a 82º.

Quanto à Nova Iguaçu, seu principal acesso está localizado na Rodovia Presidente Dutra, no km 180, distando cerca de dez quilômetros de Queimados. Nova Iguaçu possuía em 2010 a população de 796.257 com uma área territorial de 519.159 km<sup>2</sup>. A maior parte do PIB iguaçuano abarca o setor de serviços (cerca de 40%). O IDH de Nova Iguaçu em 2010 era de 0,713 fazendo com que o município ocupasse a 41º colocação no ranking estadual.

Por conta da recente emancipação, o município de Queimados ainda carece de uma rede de serviços mais ampliados, além da reduzida capacidade de geração de empregos e a consolidação do Distrito Industrial de Queimados (DIQ) (FDC, 2006). Consequentemente

muitos moradores deslocam-se a outros municípios em busca desses serviços ausentes ou incipientes. Queimados pode ser considerado um município dormitório, visto que considerável parte de sua população se desloca de seu território em busca de trabalho e/ou estudos.

A principal atividade econômica de Queimados é relacionada ao segundo setor (indústria), sendo responsável por um pouco mais de 40% do Produto Interno Bruto no ano de 2013 (IBGE, 2019). Após a atividade industrial, o setor terciário (serviços) aparece responsável por pouco mais de 20% do PIB municipal. A respeito de atividades relacionadas com a agropecuária, Queimados não apresenta valores de PIB. O restante do PIB fica distribuído entre serviços públicos e o recolhimento de impostos (pouco mais de 30%).

Pode se explicar a grande contribuição industrial ao PIB de Queimados por conta do Distrito Industrial localizado no município próximo a Rodovia Presidente Dutra, com proximidade estratégica ao Porto de Sepetiba. O Distrito Industrial foi implantado pela Companhia de Distritos Industriais do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, numa área de 232,66 ha. Sua infraestrutura dispõe de gás encanado, telecomunicações com cabos de fibra ótica e central computadorizada, de ruas pavimentadas e iluminadas, estando localizado a 40km de distância do Rio de Janeiro (FDC, 2006). Atualmente, o DIQ conta com 35 indústrias (que variam entre o ramo alimentício, têxtil, de construção e outros).

Em relação à ocupação: a indústria lidera com crescimento desde 2007 até 2013, passando de 2992 pessoas para 12619. O ano com maior ocupação de pessoas no setor foi o de 2012, com 16230 ocupações (IBGE, 2016); já o setor de serviços passou de 4631 ocupações em 2007 para 6835 no ano de 2013; a ocupação referente ao comércio alcançou o número de 2229 em 2007, elevando-se para 3585 no ano de 2013.

Com o crescimento da indústria queimadense nos últimos oito anos, surge também a possibilidade para a consolidação da atividade turística com um público alvo voltado para os negócios (turismo de negócios). De acordo com o Ministério do Turismo, turismo de negócios deve ser compreendido como:

Turismo de Negócios e Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social. São de grande importância alguns tipos e formatos de encontros do Turismo de Negócios e Eventos: missões empresariais, visitas técnicas, viagens corporativas, rodadas de negócios, feiras, convenções, congressos, fóruns, seminários, palestras, work shops etc. Vários aspectos são de grande relevância para este segmento: Oportunidade de equacionamento de períodos sazonais, proporcionando equilíbrio na relação entre oferta e demanda durante o ano, pois independe de condições climáticas e períodos de férias escolares. Institui-se como alta rentabilidade, uma vez que o turista desse segmento, em relação ao turista de lazer, apresenta maior gasto médio, normalmente

retorna mais vezes e com tempo de permanência no destino (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

Ainda de acordo com o Ministério do Turismo, o turismo de eventos e negócios pode contribuir de maneira positiva para o local, pois: reduz os impactos da sazonalidade; pode fomentar a capacitação profissional dos envolvidos de maneira direta ou indireta com a atividade; motiva a visita pelo interesse profissional e não pela capacidade de atração do local (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

## Oferta hoteleira em nova iguaçu e a gênese hoteleira queimadense

O município de Nova Iguaçu possui pelo menos dois grandes hotéis de rede: o Mont Blanc da Rede Mont Blanc Hotel Mercure da Rede francesa Accor. De acordo com informações coletadas com um dos funcionários da rede Accor, o hotel Mercure possui atualmente 178 Unidades de Habitação e o perfil dos turistas é, por maioria, o de negócios, sendo a maior taxa de ocupação semanal entre as segundas e sextas-feiras.

Para além da geração de empregos diretos, um hotel – seja de pequeno, médio ou grande porte – gera receita para o município por meio de arrecadação de impostos. Além disso, como observa o Ministério do Turismo, os turistas que viajam a negócios geralmente precisam comprovar seus gastos por meio de notas fiscais que são destinadas a empresas que os visitantes trabalham para um futuro reembolso, evitando assim uma evasão de impostos. E finalmente, a atividade turística tem a capacidade de gerar, também, empregos indiretos e/ou motivar o empreendedorismo, como por exemplo, o serviço de transporte por meio de táxis, empregos nas áreas de alimentação e abertura de novos negócios que atendam novas demandas com o crescimento e estabilização da atividade turística.

Ademais, atividade turística está prevista no Plano Diretor de Queimados (2006), conforme o Artigo 29, que diz: “Consideram-se políticas de desenvolvimento econômico aquelas de negócios agropecuários e extrativistas, industriais, comerciais e de serviços, e turísticos”. De acordo com o Plano Diretor, no inciso II inserido no Artigo 30:

II - Fomentar o crescimento econômico e a diversificação da estrutura produtiva local através do incentivo ao desenvolvimento de novos negócios, em especial daqueles pertinentes à matriz econômica de referência do Plano Diretor, que são os negócios industriais, agropecuários, de pequenas confecções, comerciais varejistas e ecoturísticos;; (PLANO DIRETOR DE QUEIMADOS, 2006, p.11)

Por fim, o Plano Diretor em sua Seção III trata da política de turismo municipal e traz o artigo 32 com a seguinte orientação:

Art. 32 - São diretrizes da Política de Turismo: I - Promover o turismo ecológico e rural em sítios de recreio; II - Estruturar e qualificar as Áreas de Diretrizes Especiais de Assentamentos Eco-Urbanos previstas nesta Lei para fins de sua promoção como atração turística; III - Criar roteiros eco-turístico interpretativos das Zonas Especiais de Interesse Ambiental ZIAs previstas nesta Lei e qualificar guias turísticos locais, em especial dentre os moradores dos Assentamentos Eco-Urbanos referidos no Inciso anterior; IV - Incentivo ao lazer turístico e esportivo-radical, promovendo a estruturação de espaços para práticas de trilhas, arborismo, escaladas, rappel, tirolesa, entre outras, em especial no Corredor Ecológico da Onça Feliz - Zona de Interesse Ambiental-1 desta Lei. (PLANO DIRETOR DE QUEIMADOS, 2006, p.13)

No entanto, apesar do instrumento de ordenamento urbanístico orientar o estímulo e desenvolvimento da atividade turística – sobretudo na área do ecoturismo – apenas muito recentemente a cidade dá seus primeiros sinais de elaboração de um Sistema de Turismo. Em 2017, com a criação da Região Turística da Baixada Verde, por exemplo, Queimados foi integrado com outros 9 municípios no Mapa Brasileiro de Turismo e ganhou uma subpasta na secretária de cultura municipal. Um ano antes, em 2016, A oferta de meios de hospedagem de Queimados contava apenas com um motel na entrada da cidade e, somente em novembro de 2016, a cidade inaugurou seu primeiro empreendimento hoteleiro de grande porte: o apart-hotel Premier Flat, da rede Promenade (contudo, em 2018 a administração do hotel passou para a rede Logic).

Sendo imprescindível que ao se pensar o desenvolvimento territorial, se abranja também os aspectos ambientais e socioculturais. Dessa forma, mais uma vez, o Plano Diretor orienta essas ações através do Capítulo I, que no Artigo 5º (p.1, 2) traz alguns incisos, tais como:

- I - Promover a redução das desigualdades sociais e a inserção territorial;
- III – Promover a relação harmônica entre o meio ambiente natural e construído, e o acesso à infraestrutura social e urbana;
- VI–Promover a diversificação da base econômica municipal de forma ordenada e coerente com a manutenção da qualidade de vida, das peculiaridades do território e da cultura queimadense;

Obviamente, dada a recente inauguração do primeiro hotel queimadense e o aparente nascimento de interesse em desenvolver o turismo dentro da cidade, é inviável trazer os impactos de forma consistentes para esse artigo. No entanto, já é possível propor algumas estratégias que contribuam para esse desenvolvimento de maneira mais equilibrado e que atenda as expectativas do Plano Diretor, são elas:

- A capacitação e absorção de mão de obra local que permita a promoção e o desenvolvimento

da atividade turística não apenas pela prismática operacional, mas pela compreensão dos aspectos ambientais, socioculturais e econômicos que a atividade pode proporcionar;

- A integração das Unidades de Conservação (UC) de Queimados com uso sustentável que possa atrair turistas voltados para o turismo de aventura ou outra segmentação do turismo ecológico;

- Promover o diálogo com as instituições religiosas dentro da cidade para estabelecer um calendário dos eventos que possam atrair demanda;

- Estabelecer uma identidade para o município que consiga atrair visitantes, além de gerar emprego e renda para os locais, tal como um Arranjo Produtivo Local (APL) no ramo gastronômico ou outro no qual o município possa apresentar potencialidade.

Nesse sentido, torna-se viável, não apenas pensar um modelo turístico para Queimados, como também se torna possível, a partir das estratégias apontadas, garantir que o desenvolvimento da atividade seja pleno e sustentável e em conformidade com as políticas públicas de regionalização do turismo que estão previstas nos Planos Nacionais de Turismo como estratégias de desenvolvimento desde o ano de 2004 e passando por algumas reformulações ao longo dos anos (2013 e 2018).

## Considerações finais

Com o exaurir do antigo desenvolvimentismo e as continuas falhas do modelo neoliberal, cresce uma urgente necessidade em pensarmos um modelo de desenvolvimento que consiga atender, não apenas o crescimento econômico – que também é de extrema importância, visto que estamos inseridos em um modelo global capitalista –, mas também um desenvolvimento pautado em questões ambientais, sociais e culturais.

De fato, é preciso ficar atento para a dupla capacidade da atividade turística que, quando não planejada ou planejada fora do real contexto onde acontece, pode esgotar rapidamente recursos naturais, degradar patrimônio cultural, promover aculturação do local, além de fazer crescer índices de violência, tráfico de drogas, exploração sexual e outras mazelas. Mas que, quando planejada, pode se apresentar de maneira promissora, alcançando benesses que perpassam pela conservação ambiental, valorização e difusão cultural, capacitação profissional, espraiamento de empreendimentos e desenvolvimento social.

Muito embora a cidade do Rio de Janeiro seja um reconhecido destino turístico internacional, algum de seus municípios adjacentes – principalmente as que compõem a região conhecida como Baixada Fluminense – não dispõe do mesmo status, e não conseguem emplacar, assim, a atividade. Em Queimados, esse é

o cenário atual e, apesar de possuir um Plano Diretor que prevê a atividade turística – mesmo que de maneira incipiente abordando tão somente o turismo ecológico – após dez anos de sua criação, suas dez Unidades de Conservação permanecem sem nenhum tipo de planejamento turístico, tendo sido, algumas delas, tomadas pela crescente onda de grupos criminosos que migraram para a Baixada Fluminense.

Com o recente interesse e esforço por parte dos agentes da Secretária de Turismo do Estado do Rio de Janeiro em criar uma nova região turística para a Baixada Fluminense, é possível vislumbrar – ainda que em longo prazo- o desenvolvimento da atividade turística em escala regional. A Baixada Verde, como foi batizada a região turística onde Queimados está inserido conta ainda com a participação de mais nove municípios, entre eles Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que foi utilizado no estudo comparativo desse trabalho. Particularmente a respeito do município de Queimados, acredita-se que há a possibilidade de atração de um público voltado aos negócios – reforça-se essa ideia por motivo do Distrito Industrial de Queimados, mas também outras segmentações do turismo, tais como em áreas rurais (nas propriedades rurais que trabalham com agricultura familiar), de lazer (nos diversos sítios, alguns que realizam corridas de trote regularmente) e ecoturismo (espalhado pelas Unidades de Conservação do Município).

Por fim, é necessário se atentar para o desenvolvimento sustentável da atividade turística que precisa integrar a população e a cultura local, além do uso racional dos recursos naturais. Isso para que a atividade turística desenvolvida se adeque a um modelo de desenvolvimento – integrando não apenas o aspecto econômico – a um que vise apenas o crescimento local. Para que ocorra, é necessário não apenas pensar no planejamento turístico, mas incluir uma pluralidade de agentes heterogêneos que possam contribuir com diferentes perspectivas para o pensar, elaborar e implementar a atividade em escala local.

## Notas

1. O Relatório de Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, foi apresentado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e trouxe reflexões sobre o desenvolvimento e teor inovador ao abordar o tema da sustentabilidade.

2. Ortodoxia Convencional é um termo utilizado pelo economista brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira para expressar a transição do antigo modelo econômico desenvolvimentista para o modelo neoliberal no fim da década de 1980. A institucionalização desse processo acontece com o Consenso de Washington. Transita-se de uma política de Estado altamente interventor para o Estado mínimo.

3. É importante aqui informar que Nova Iguaçu foi declarada como Capital Nacional de Cosméticos pela ex-presidente Dilma Rousseff em dezembro de 2015.

4. De acordo com os estudos da Fundação Dom Cintra, dentre os 16 municípios que constituem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), Queimados ocupava a quinta colocação no percentual de deslocamento de seus residentes em busca de emprego e/ou serviço. Traduzido em números percentuais, 27,35 da população precisava se deslocar para outro município.

5. De acordo com a Lei Complementar de Zoneamento, o Distrito Industrial de Queimados está localizado na ZENQ, ou Zona Especial de Negócios em Queimados. Dentre as restrições da ZENQ estão as construções residenciais, igrejas, colégios, postos de saúde e outros.

6. Segundo a fundação CIDE, a principal ocupação no município de Queimados no ano de 2000 era referente ao comércio e serviços (35%). A ocupação na indústria aparecia apenas em terceiro colocado com 21%. Esses dados foram citados pelo estudo feito pela Fundação Dom Cintra.

## Referências

ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DO DISTRITO INDUSTRIAL DE QUEIMADOS – ASDINQ – Disponível em: <asdinq.org.br/>. Acesso em: 03/11/2018.

ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DO DISTRITO INDUSTRIAL DE QUEIMADOS – ASDINQ – Disponível em: <www.asdinq.org.br/legislacoes/Codigo%20de%20Obras%20do%20Municipio%20de%20Queimados%202022011.pdf>. Acesso em: 03/11/2018.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

BRASIL, Lei Complementar nº 064/13, de 05 de junho de 2013.

BRESSER-PEREIRA, LC. O novo desenvolvimentismo e A ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, 2006.

COSTA, Helena Araújo. Destinos do Turismo: percursos para a sustentabilidade. Editora: FGV. Rio de Janeiro, 2013.

DA VEIGA, José Eli. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Editora Garamond: Rio de Janeiro, 2006.

DIAS, Reinaldo, MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. Editora: Atlas. São Paulo, 2012.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. Nova Economia. Belo Horizonte, 2009.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento - Enfoque histórico-estrutural. Ano: 2000.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CEPERJ – Disponível em: <www.ceperj.rj.gov.br/>. Acesso em: 01/11/2016

FUNDAÇÃO DOM CINTRA, Capítulo 2: perfil econômico.

HOWLETT, Michael, RAMESH, M, PERL Anthony. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Editora: Elsevier. Rio de Janeiro: 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – Disponível em: <idades.ibge.gov.br/> Acesso em: 01/05/2019.

JORNAL O EXTRA – Disponível em: <extra.globo.com/noticias/economia/declarada-capital-nacional-dos-cosmeticos-nova-iguacu-consegue-driblar-crise-18441594.html> Acesso em: 01/11/2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR – Disponível em: <www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 05/11/2018.

PAKMAN, Elbio Troccoli. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2014.

QUEIMADOS. PLANO DIRETOR DE QUEIMADOS – Disponível em: <www.asdinq.org.br/legislacoes/Plano%20Diretor.pdf> Acesso em: 01/09/2016.

PREFEITURA DE QUEIMADOS - Disponível em: <www.queimados.rj.gov.br/leis.asp>. Acesso em: 01/11/2018

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. Revista de Cultura e Turismo, 2015.

SECRETARIA ESTADUAL DE MINAS GERAIS – Disponível em: <www.turismo.mg.gov.br/component/content/372?task=view>. Acesso em: 01/11/2018.

SWARBROOKE, John. Turismo Sustentável: meio ambiente e economia.  
Editora: Aleph. São Paulo, 2000.